



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
CENTRO REGIONAL DE BELÉM

PROJETO BÁSICO Nº 28/ 2022 - SEADM-BE

1. **DO OBJETO**

1. Aquisição de componentes para a manutenção corretiva do CHILLER Industrial, visando a adequado do funcionamento do Sistema de Climatização do Centro Regional de Belém e do Centro Regional de Porto Velho, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM/MD.

1.1. **Centro Regional de Belém - CR/BE**

Item	Descrição	Catmat	Unidade	Quantidade
1	Aquisição de Motocompressor rotativo parafuso duplo semi-hermético 113KW.	455312	Unid.	01
2	Aquisição de Atuador floating 100NM 220 VAC.	365121	Unid.	01
3	Aquisição de Sensor de temperatura p/ CH530.	367269	Unid.	09
4	Aquisição de Sensor de nível de refrigerante dos CHILLERS modelo RTAC.	474667	Unid.	01
5	Aquisição de Transdutor de pressão AKS1008.	483612	Unid.	01

1.2. **Centro Regional de Porto Velho - CR/PV**

Item	Descrição	Catmat	Unidade	Quantidade
6	Aquisição de Motocompressor rotativo parafuso duplo semi-hermético 113KW	455312	unid.	01
7	Aquisição de Atuador floating 100NM 220 VAC.	365121	unid.	02

2. A referida aquisição, a ser conduzida por procedimento de **Inexigibilidade de Licitação**, está fundamentada conforme inciso I do art. 74 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. Os componentes discriminados a serem adquiridos devem ser de primeira linha de fabricação e qualidade, objetivando atender aos melhores rendimentos e resultados quando de sua aplicação.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

3.3. O presente Projeto Básico tem por finalidade precípua a aquisição de componentes para a manutenção corretiva do CHILLER Industrial, visando a adequado do funcionamento do Sistema de Climatização do Centro Regional de Belém e do Centro Regional de Porto Velho, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM/MD.

3.4. A presente aquisição é necessária em razão do desgaste natural do equipamento e justifica-se pela necessidade de prevenir o mau funcionamento, o dano material e a inoperância do CHILLER Industrial, responsável pelo sistema de climatização do Centro Belém, e também do Centro de Porto Velho, considerando-se que a falta dos materiais solicitados podem causar sérios transtornos para o funcionamento e atividades destes Centros, tendo em vista os Relatórios Técnicos nº 5 5571348 e nº 01 5571476 da Empresa Araújo Abreu, responsável pelos contratos de manutenção destes Centros Regionais, em que informa da situação atual dos componentes da referida aquisição.

3.5. O CR-BE e o CR-PV cada um possui três unidades de sistema de refrigeração - CHILLER, em que os componentes listados nos itens 1.1. e 1.2. deste Projeto Básico encontram-se danificados, fazendo com que uma unidade do chiller fique totalmente inoperante.

3.6. Estes componentes não estão contemplados no rol de materiais sob demanda do Contrato nº 26/2019 1623770 (CR-BE) e Contrato nº 40/2022 5086154 (CR-PV), cujo objeto é de aquisição envolvendo a prestação de serviços técnicos especializados e continuados em manutenção preventiva, corretiva, preditiva, extramanutenção, instalação, monitoramento e operação dos Sistemas de Energia Elétrica - SEE, Sistemas Eletrônicos Complementares - SEC, Sistemas de Climatização - SCLIM, Sistemas Hidrossanitários - SHD, Sistema de Geração Fotovoltaico - SGF e Sistema Predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais de consumo, peças, equipamentos e materiais sob demanda, para atender as necessidades do Centro Regional de Belém e do Centro Regional de Porto Velho, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

3.7. Diante disto, realizou-se a análise técnica quanto a necessidade da aquisição para a troca desses componentes danificados, razão pela qual as empresas contratadas para manutenção apresentaram Relatórios Técnicos 5571348 e 5571476.

3.8. Tendo em vista as causas prováveis da queima desses componentes, apresentado nos referidos relatórios, por descargas elétricas ou oscilação da tensão, esta Equipe de Planejamento verificou a necessidade de realizar a aquisição desses componentes.

3.9. A substituição desses componentes é importante na prevenção de danos maiores ao equipamento, sem a necessidade de corretivas de maior porte, custo e complexidade. A manutenção preventiva é considerada boa prática na administração pública, uma vez que visa a economicidade e eficiência dos gastos públicos, pois demonstra o cuidado, zelo e acompanhamento contínuo dos bens integrantes do patrimônio dos Centros Regionais de Porto Velho e de Belém, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM/MD.

- 3.10. Justifica-se a escolha do fornecedor tendo em vista que, em atendimento ao que preconiza o inciso I, artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, com aquisição de materiais de fornecedor exclusivo, trata-se de equipamento da marca TRANE, o qual requer peças originais de mesma marca, visando garantir o funcionamento e a segurança de outros componentes do sistema.
- 3.11. Em virtude disto, foi juntado ao processo o Anexo I - Atestado de Exclusividade ABRAVA 5616016 emitido pela empresa TRANE Technologies Indústria, Comércio e Serviços de Ar-Condicionado LTDA., declarando que a citada empresa é a representante da *The Trane Company* no Brasil, para fornecer peças originais da marca TRANE.
- 3.12. Portanto, em razão da exclusividade no fornecimento de peças originais da mesma fabricante do equipamento, conforme Atestado de Exclusividade, integrante do processo, configura-se a hipótese legal de aquisição na modalidade Inexigibilidade de Licitação, com base no inciso I, artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, conforme transcrito a seguir:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

3. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 3.1. A despesa decorrente da aquisição objeto do presente processo correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:
- a) Programa: **6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional**
 - b) Ação Orçamentária: **20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia**
 - c) Fonte: **100**
 - d) Plano Orçamentário (PO): **0007 - Funcionamento e Manutenção do CENSIPAM**
 - e) Programa de Trabalho Resumido (PTRES): **168640**
 - f) Natureza da Despesa:

Item	Descrição	Natureza da Despesa
1	Aquisição de componentes para o Chiller, para atender o Centro Regional de Belém e Porto Velho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM.	33.90.30.25 - Material para Manutenção de Bens Móveis

g) Código do Sistema PTA/2022: **149/22 – Aquisição de componentes para o Chiller**

4. **DO CUSTO ESTIMADO**

- 4.1. A aquisição da empresa fornecedora exclusiva das peças da marca TRANE, cuja empresa é a TRANE Technologies Indústria, Comércio e Serviços de Ar-Condicionado LTDA., CNPJ: 01.610.517/0014-80, conforme o Atestado de Exclusividade 5616016, terá o custo estimado de **R\$ 380.416,19** (Trezentos e oitenta mil quatrocentos e dezesseis reais e dezenove centavos), conforme a Propostas de Preços nº 1083058 TRANE 5839116.
- 4.2. **Centro Regional de Belém - CR/BE**
- 4.2.1. O custo estimado de **R\$ 199.458,15** (cento e noventa e nove mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos), encontra-se da seguinte forma:

Item	Descrição	Catmat	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
1	Motocompressor rotativo parafuso duplo semi-hermético 113KW.	455312	unid.	01	R\$ 163.934,96	R\$ 163.934,96
2	Atuador floating 100NM 220 VAC.	365121	unid.	01	R\$ 8.511,54	R\$ 8.511,54
3	Sensor de temperatura p/ CH530	367269	unid.	09	R\$ 1.304,64	R\$ 11.741,80
4	Sensor de nível de refrigerante dos CHILLERS modelo RTAC	474667	unid.	01	R\$ 12.941,93	R\$ 14.203,77
5	Transdutor de pressão AKS1008	483612	unid.	01	R\$ 1.066,08	R\$ 1.066,08
Total						R\$ 199.458,15

4.3. **Centro Regional de Porto Velho - CR/PV**

- 4.3.1. O custo estimado de **R\$ 180.958,04** (cento e oitenta mil novecentos e cinquenta e oito reais e quatro centavos), encontra-se da seguinte forma:

Item	Descrição	Catmat	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
6	Motocompressor rotativo parafuso duplo semi-hermético 113KW.	455312	unid	01	R\$ 163.934,96	R\$ 163.934,96
7	Atuador floating 100NM 220 VAC.	365121	unid	02	R\$ 8.511,54	R\$ 17.023,08
Total						R\$ 180.958,04

5. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 5.1. Em observância à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário, sempre que possível, que sejam respeitados os seguintes critérios de sustentabilidade:
- 5.1.1. Quanto à sustentabilidade no que se refere à Lei nº 12.305, de 12 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos em seu artigo 7º, inciso XI, este processo pretende dar prioridade à aquisição de:
- a) produtos reciclados e recicláveis; e
 - b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;
- 5.2. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, e também, que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

- 5.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 5.4. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e nas obrigações da contratada no edital como requisito previsto em lei especial.
- 5.5. A contratada deverá observar rigorosamente os procedimentos adequados à observação das condições ambientais nos locais em que for desenvolver os trabalhos relacionados à execução do objeto contratual, empregando matéria-prima recomendada e indicada pelas normas de proteção ambiental (Decreto nº 5.975/2006 e Portaria nº 253/2006, do Ministério do Meio Ambiente).
- 5.6. A Administração informará aos Órgãos Públicos competentes sobre as falhas e faltas cometidas pela contratada ante ao inadequado tratamento do impacto ambiental.
- 5.7. Os possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, à luz do Art. 18, XII da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.8. Ademais, adotará as práticas de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e o Pannel da Parte Específica do referido guia.

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E DE RECEBIMENTO

- 6.1. Os custos do frete e deslocamento entre as instalações da contratante e os locais de entrega, bem como os custos de transporte e seguro da carga transportada correrão por conta da contratada.
- 6.2. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Contrato entre o CENSIPAM e a Contratada, em remessa única, nos seguintes endereços:
- 6.2.1. Centro Regional de Belém (CR-BE) Avenida Júlio Cesar, nº 7060 - Bairro: Val de Cans, Belém/PA, CEP 766.017-420, no horário de 9:00h às 11:30h e de 14:30h às 17:00 horas.
- 6.2.2. Centro Regional de Porto Velho (CR-PV) Avenida Lauro Sodré, nº 6.500 - Bairro: Aeroporto, Porto Velho/RO, CEP 76.803-260, no horário de 9:00h às 11:30h e de 14:30h às 17:00 horas.
- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.
- 6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;
- 7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos
- 7.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida neste Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.5. Substituir de forma automática o Produto recusado pela Contratante, que o avaliará segundo as exigências contratuais e demais condições do processo, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data do recebimento da notificação, correndo por sua conta e risco as despesas totais decorrentes da devolução dos itens recusados;
- 8.6. Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei;
- 8.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do acordo e cumprimento da legislação pertinente, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 120 e 140, inciso II, alínea "a" da Lei nº 14.133, de 2021;

- 10.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto;
- 10.3. A verificação da adequação da entrega do material deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- 10.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do material para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 10.5. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do material com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 10.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do material em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no projeto básico e no Contrato.
- 10.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 156, da Lei nº 14.133/21.

11. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 11.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o CR-BE atestar a execução do objeto da aquisição.
- 11.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, após o recebimento definitivo, com comprovação de condições de habilitação e regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF.
- 11.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado a este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura, apresentada em relação a aquisição dos materiais, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas na IN/SEGES nº 05/2017.
- 11.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.6. Caso se constate a falta da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.
- 11.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.8. Antes dos pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.
- 11.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 11.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do objeto, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o objeto em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
 - $EM = I \times N \times VP$, sendo:
 - EM = Encargos moratórios;
 - N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
 - VP = Valor da parcela a ser paga.
 - I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

I = (TX)	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	---------------------------	---

12. **DO REAJUSTE**

- 12.1. Em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da aquisição em tela, o reajuste não é aplicável.

13. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
 - 13.1.1. A finalidade da garantia contratual é assegurar a plena execução do Contrato e evitar prejuízos ao erário. A partir do momento da entrega totalitária do objeto e este for aceito pela equipe de fiscalização, conclui-se que todas as obrigações da contratada foram atendidas e não havendo a necessidade por parte da mesma de apresentar uma garantia contratual.
 - 13.1.2. Pagamento do bem após finalização do objeto contratado.

14. **DA GARANTIA DO BEM**

- 14.1. A garantia dos componentes para a manutenção corretiva do CHILLER deve ser de 90 (noventa) dias, a partir da entrega do bem, e devem estar cobertos neste período de garantia todas as partes e peças mecânicas, hidráulicas e elétricas.

15. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 15.1. o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - 15.1.1. dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
 - 15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- 15.1.3. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.1.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a aquisição, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- 15.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 15.2.2. Multa:
- 15.2.2.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 15.2.2.2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e todas as unidades abarcadas pelo Ministério da Defesa (MD), por até 2 (dois) anos;
- 15.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com os Órgãos e Entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "15.2.4" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Projeto Básico.
- 15.4. As sanções previstas nos subitens "15.2.1", "15.2.3", "15.2.4" e "15.2.5" poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:
- 15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 16.1. O contrato terá vigência pelo período de 120 (cento e vinte) dias a partir da assinatura contratual, podendo ser prorrogado, com base no artigo 111, caput da Lei n. 14.133/21.

17. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

- 17.1. Atestado de Exclusividade 5616016;
- 17.2. Cotação TRANE atualizada 5839116;
- 17.3. Garantia Padrão TRANE 5573224; e
- 17.4. Estudo Técnico Preliminar nº 97/2022 5824512.

Belém - PA, 20 de novembro de 2022.

CARLOS AUGUSTO REIS RODRIGUES

Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 4638, de 31 de agosto de 2022
Integrante Técnico
CENSIPAM/CR-BE

BENEDITA SOARES CHAVES

Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 4638, de 31 de agosto de 2022
Integrante Administrativo
CENSIPAM/CR-BE

PAULO FERNANDO DA CONCEIÇÃO LIMA
Responsável pela demanda
CENSIPAM/CR-BE

De acordo. Encaminhe-se ao Sr. Ordenador de Despesas, para aprovação e autorização da Contratação pretendida.

MÁRCIO EDUARDO DE OLIVEIRA DUARTE
Gerente do Centro Regional de Belém
CENSIPAM/SG/MD

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, de acordo com o artigo 72, inciso IV da Lei nº 14.133/21.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de Despesas

Aprovo este Projeto Básico, de acordo com o artigo 46, §3º, da Lei nº 14.133/21.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças

Termo de Referência – Serviços Comuns de Engenharia – Lei nº 14.133/21 – Contratação Direta
Atualização: Junho/2022

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas:

Número do processo: 60092.000235/2022-65

2. Objeto

2.1. Aquisição de componentes para a manutenção corretiva do CHILLER, visando o adequado funcionamento do Sistema de Climatização do Centro Regional de Belém e do de Porto Velho, ambos do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM.

3. Descrição da necessidade

- 3.1. O CR-BE e PV cada um possui três unidades de sistema de refrigeração (chiller), onde esses componentes encontram-se danificados, fazendo com que uma unidade do chiller fique totalmente inoperante.
- 3.2. Estes componentes não estão contemplados no rol de materiais sob demanda do Contrato nº26/2019 (CR-BE) e Contrato nº 40/2022 (CR-PV), cujo objeto é de aquisição envolvendo a prestação de serviços técnicos especializados e continuados em manutenção preventiva, corretiva, preditiva, extramanutenção, instalação, monitoramento e operação dos Sistemas de Energia Elétrica – SEE, Sistemas Eletrônicos Complementares – SEC, Sistemas de Climatização – SCLIM, Sistemas Hidrossanitários - SHD, Sistema de Geração Fotovoltaico – SGF e Sistema Predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais de consumo, peças, equipamentos e materiais sob demanda, para atender as necessidades do Centro Regional de Belém e Porto Velho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.
- 3.3. Diante disto, foi realizada a análise técnica quanto a necessidade de realizar a aquisição desses componentes danificados, para isso as empresas contratadas para manutenção apresentaram Relatórios Técnicos (5571348) e (5571476).
- 3.4. Tendo em vista que às causas prováveis da queima desses componentes, apresentado nós relatórios, foi descargas elétricas ou oscilação da tensão, esta Equipe de Planejamento verificou a necessidade de realizar a aquisição desses componentes.
- 3.5. A substituição desses componentes é importante na prevenção de danos maiores ao equipamento, sem a necessidade de corretivas de maior porte, custo e complexidade. A manutenção preventiva é considerada boa prática na administração pública, uma vez que visa a economicidade e eficiência dos gastos públicos, pois demonstra o cuidado, zelo e acompanhamento contínuo dos bens integrantes do patrimônio do Centro Regional de Porto Velho e Belém do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM/MD.
- 3.6. Justifica-se a escolha do fornecedor tendo em vista que, em atendimento ao que determina o inciso I, artigo 74, da Lei nº. 14.133/2021, trata-se de equipamento da marca TRANE, o qual requer peças originais de mesma marca, visando garantir o funcionamento e a segurança de outros componentes do sistema.
- 3.7. Em virtude disto, foi juntado ao processo o atestado de exclusividade emitido pela empresa TRANE Technologies Indústria, Comércio e Serviços de Ar-Condicionado LTDA. 5569162 , declarando que a citada empresa é a representante da **The Trane Company** no Brasil, para fornecer peças originais da marca Trane.
- 3.8. Diante disto, em razão da exclusividade no fornecimento de peças originais da mesma fabricante do equipamento, conforme Atestado de Exclusividade 5616016, integrante do processo, se faz necessária a aquisição na modalidade Inexigibilidade de Licitação, com base no inciso I, artigo 74, da Lei nº. 14.133/21. Eis o teor:
- 3.9. Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
- I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou aquisição de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável

Sector Administrativo - Responsável pela Demandante	PAULO FERNANDO DA CONCEIÇÃO LIMA
Sector Administrativo - Integrante Técnico	CARLOS AUGUSTO REIS RODRIGUES
Sector Administrativo - Integrante Administrativo	BENEDITA SOARES CHAVES

5. Descrição dos Requisitos da Aquisição

- 5.1. Lei nº 14.133/21 e suas alterações, que estabelecem normas gerais sobre licitações e contratos administrativos e demais dispositivos legais pertinentes às contratações;
- 5.2. Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante aquisição, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- 5.3. Instrução Normativa/MPDG/SEGES nº 5, de 25/05/2017;
- 5.4. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, aquisição de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 5.5. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - Agosto/2021 - 4ª edição;
- 5.6. O processo trata-se da Aquisição de componentes para a manutenção corretiva do CHILLER Industrial, visando a adequado do funcionamento do Sistema de Climatização do Centro Regional de Belém e do Centro Regional de Belém e Porto Velho, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM/MD.
- 5.7. A aquisição é de natureza não continuada por inexigibilidade licitação.

6. Levantamento de Mercado

- 6.1 O Centro Regional de Porto Velho e Belém possui o sistema de refrigeração composto por três unidades Chiller, fabricante a empresa Trane Technologies - CNPJ: 01.610.517/0014-80, sendo a mesma exclusiva, conforme o Atestado de Exclusividade constante do anexo 1 deste ETP.
- 6.2 A empresa emitiu a proposta de preços no valor de **R\$ 380.416,19** (Trezentos e oitenta mil quatrocentos e dezesesseis reais e dezenove centavos), conforme a Propostas de Preços nº 1083058 TRANE 5839116, para a aquisição dos itens a serem contratados, conforme o Anexo 2, parte integrante deste processo.

7. Descrição da solução como um todo

- 7.1 A aquisição será de acordo com a modalidade: com base no inciso I, artigo 74, Inexigibilidade de Licitação, da Lei nº. 14.133/21.
- 7.2 A Garantia dos componentes para a manutenção corretiva do CHILLER Industrial, a serem adquiridos é de 3 meses, a contar da data de recebimento definitivo por parte da equipe de fiscalização, conforme Código de Defesa do Consumidor, e a Garantia Padrão da Contratada, observando os termos e condições gerais da proposta.
- 7.3 Os custos do frete e deslocamento entre as instalações da contratante e os locais de entrega, bem como os custos de transporte e seguro da carga transportada correrão por conta da contratada.
- 7.4. O prazo de entrega dos componentes para a manutenção corretiva do CHILLER Industrial é de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Contrato entre o CENSIPAM e a Contratada, em remessa única, nos seguintes endereços:
- 7.4.1. Centro Regional de Porto Velho (CR-PC): Avenida Lauro Sodré, nº6.500 - Bairro: Aeroporto, Porto Velho/RO, CEP 76.803-260, no horário de 8:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00 horas.
- 7.4.2. Centro Regional de Belém: Avenida Júlio Cesar, nº 7060 - Bairro: Val de Cans, Belém/PA, CEP 766.017-420, no horário de 8:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00 horas.
- 7.5 Os componentes do Chiller serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta.
- 7.6 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.7 Os sensores serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 7.8 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.
- 7.10 A instalação dos componentes será de responsabilidade da Contratante.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 8.1. Presente processo visa a aquisição de componentes do Chiller para o CR-PV e CR-BE, conforme itens relacionados abaixo:

8.1.1. Centro Regional de Belém - CR/BE

Item	Descrição	Catmat	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
1	Motocompressor rotativo parafuso duplo semi-hermético 113KW.	455312	unid.	01	R\$ 163.934,96	R\$ 163.934,96
2	Atuador floating 100NM 220 VAC.	365121	unid.	01	R\$ 8.511,54	R\$ 8.511,54
3	Sensor de temperatura p/ CH530	367269	unid.	09	R\$ 1.304,64	R\$ 11.741,80
4	Sensor de nível de refrigerante dos CHILLERS modelo RTAC	474667	unid.	01	R\$ 14.203,77	R\$ 14.203,77
5	Transdutor de pressão AKS1008	483612	unid.	01	R\$ 1.066,08	R\$ 1.066,08
Total						R\$ 199.458,15

8.1.2. Centro Regional de Porto Velho - CR/PV

Item	Descrição	CATMAT	Unidade	Quantidade	Valor
------	-----------	--------	---------	------------	-------

					Unitário	Total
6	Motocompressor rotativo parafuso duplo semi-hermético 113KW.	455312	unid.	01	R\$ 163.934,96	R\$ 163.934,96
7	Atuador floating 100NM 220 VAC	365121	unid.	02	R\$ 8.511,54	R\$ 17.023,08
Total						R\$ 180.958,04

9. Estimativa do Valor da Aquisição

- 9.1. Conforme a cotação da empresa o valor a ser contratado é **R\$ 380.416,19** (Trezentos e oitenta mil quatrocentos e dezesseis reais e dezenove centavos)
- 9.2 A aquisição será de acordo com a modalidade: com base no inciso I, artigo 74, Inexigibilidade de Licitação, da Lei nº. 14.133/21

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 10.1. Ainda que seja regra o parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala.
- 10.2. Assim, o objeto proposto não configura-se fracionável ou executável em etapas.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- 11.1 Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e aquisição desta demanda.

12. Alinhamento entre a Aquisição e o Planejamento

- 12.1. A aquisição encontra-se alinhada com o Plano Anual de Contratações deste órgão que encontra respaldo institucional conforme previsão no Planejamento Estratégico do Censipam - 2022-2023, constando no Objetivo Estratégico - OE4 - Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura e alinhado com o PTA/2022, código:
- 12.1.1 ID 149/22 da iniciativa registrada. - Alinhamento ao PAC/2022 - Item **45/22**.A pretendida aquisição está prevista no PTA /2022:
- a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
 - b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
 - c. Fonte: 100
 - d. Plano Orçamentário (PO): 0007 - Funcionamento e Manutenção do CENSIPAM
 - e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640
 - f. 33.90.30.25 - Material para Manutenção de Bens Móveis
 - g. Código do Sistema PTA/2022: 149 – Aquisição de componentes do Chiller

13. Benefícios a serem alcançados com a aquisição

- 13.1. A aquisição de componentes para a manutenção do Chiller do Centro Regional de Porto Velho e Belém, visando garantir perfeito funcionamento do sistema de refrigeração, permitindo um conforto térmico do ambiente, beneficiando não somente os funcionários, mas prolongando o tempo de vida útil dos equipamentos elétricos-eletrônicos.
- 13.2. Redução dos custos e manutenção, eficiência energética com redução no consumo de energia, refletindo no valor final da fatura.

14. Providências a serem Adotadas

- 14.1 Não há providências a serem tomadas pelo CR-BE, uma vez que os materiais a ser adquiridos será da responsabilidade da empresa fornecedora dos mesmos.

15. Possíveis Impactos Ambientais

- 15.1 Caberá a empresa contratada o cumprimento, no que for cabível, da IN/SLTI nº 01/2010, a qual dispõe sobre critério de sustentabilidade ambiental;
- 15.2 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 15.3 A aquisição também requer que a Contratante exerça práticas de sustentabilidade previstas no Projeto Básico, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - Agosto/2021 - 4ª edição.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta aquisição.

16.1 Justificativa da Viabilidade

- 16.1. Devido a importância de componentes para a manutenção corretiva do CHILLER Industrializado, este estudo preliminar evidenciou que a aquisição encontra-se alinhada às necessidades apresentadas no presente documento.
- 16.1.2 Tal aquisição encontra-se viável, pois a modernização tecnológica dos equipamentos, e com garantia de funcionamento, reduzirá riscos de falhas e necessidade de substituição de componentes do equipamento, evitando eventuais situações que causem transtornos ao funcionamento do Centro Regional de Belém do CENSIPAM.

17. Responsáveis

PAULO FERNANDO DA CONCEIÇÃO LIMA
Responsável pela Demanda

CARLOS AUGUSTO REIS RODRIGUES
Integrante Técnico

BENEDITA SOARES CHAVES
Integrante Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Reis Rodrigues, Assessor(a)**, em 29/11/2022, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Benedita Soares Chaves, Assessor(a)**, em 29/11/2022, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Fernando da Conceição Lima, Chefe**, em 30/11/2022, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Eduardo de Oliveira Duarte, Gerente do Centro Regional**, em 06/12/2022, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5773534** e o código CRC **9AC1D31D**.